



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----ATA-----

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. -----

-----Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Verde, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão de 14 de dezembro de 2023. -----

-----2.- Correspondência – consideração e análise. -----

-----3.- Período de antes da ordem do dia. -----

-----4.- Assuntos propostos pela câmara municipal. -----

-----4.1- Discutir, votar e aprovar uma proposta da câmara municipal, relacionada com a 1.<sup>a</sup> revisão orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência do ano anterior no valor de €15.741.531,46 (quinze milhões, setecentos e quarenta e um mil, quinhentos e trinta e um euros e quarenta e seis cêntimos), para efeitos da alínea c), do n.º1, do artigo 33.º e da alínea a), do n.º1 do artigo 25.º, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----4.2- Discussão e votação de uma proposta da câmara municipal cujo conteúdo se refere à aprovação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências entre o município de vila verde e a união de freguesias da Ribeira do Neiva, para gestão da loja do município, instalada na avenida Joaquim Peixoto Azevedo, n.º 531 – duas igrejas, com início a partir do dia 01 de março de 2024. -----

-----4.3- Discussão e votação de uma proposta da câmara municipal relacionada com a reprogramação financeira dos empréstimos bei, incluída no orçamento da receita e despesa (orgânica 0101), bem como a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao serviço da dívida dos empréstimos, conforme planos de amortização anexos, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, e nos artigos 6.º, do n.º 1, alínea c), da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e 12.º do decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

-----5.- Apreciação da informação escrita da presidente da câmara acerca da atividade do município bem como da sua situação financeira. -----

-----6.- Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos presidentes de junta de freguesia e união de freguesias. -----

-----7.- Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Estiveram presentes na reunião sessenta membros. -----

-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. -----

-----Face ao pedido de ausência, por um período inferior a trinta dias, formulado pelo cidadão eleito Joaquim Gonçalves de Oliveira, foi empossado, em sua substituição, o cidadão João Pedro Araújo da Silva. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----O Plenário decidiu, por unanimidade, relevar a falta, a esta sessão, de Ana Daniela Monteiro Barbosa. -----

-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão de catorze de dezembro de dois mil e vinte e três foi aprovada por unanimidade. -----

-----No segundo ponto - correspondência - consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que havia recebido informação semestral sobre a situação económica e financeira do Município remetida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas; missivas do gabinete do Presidente da Assembleia da República, do gabinete do Primeiro-Ministro e dos grupos parlamentares da Assembleia da República do PSD e do PCP a acusar a receção da moção do Bloco de Esquerda (BE) intitulada “Pela paz em solidariedade com o Povo Palestino”; Relatório de Atividades 2023 da CPCJ de Vila Verde; exemplar da publicação “Bem-estar Animal – Uma Abordagem Integrada”. -----

-----No terceiro ponto – período de antes da ordem do dia -, Ricardo Cerqueira, do BE, depois de assinalar o vigésimo quinto aniversário do Bloco de Esquerda e de saudar todos os que o haviam construído e os que ainda o construíam e de agradecer a todos os que se haviam envolvido na primeira candidatura autárquica, em Vila Verde, assim como a todos os que lhe tinham confiado o seu voto, apresentou uma moção intitulada “Celebração do Dia 8 de março e dos 17 anos da despenalização da interrupção voluntária da gravidez”, na qual referiu o seguinte. Considerando que: o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, era um dia de luta histórica para as mulheres em todo o mundo, em que se evocavam e atualizavam as lutas travadas ao longo de décadas, pelos direitos civis, políticos e sociais das mulheres, depois de várias décadas de luta, as discriminações de género entre profissões, a dupla jornada de trabalho com maior peso das tarefas domésticas sobre as mulheres, as desigualdades atravessadas pela pobreza, pelo racismo, pela diversidade funcional e pelos vários preconceitos que criavam estigmas sobre quem era diferente ou não se encaixava na norma, persistiam em todo o mundo; sendo as mulheres as protagonistas daquela luta, aquela era uma causa transversal a toda a sociedade, que exigia o compromisso e responsabilidade de todos, incluindo do poder local; no dia 11 de fevereiro de 2007, o país celebrara a vitória do “sim” à despenalização da interrupção voluntária da gravidez por opção da mulher no referendo realizado à população portuguesa, sendo esta data um importante marco no avanço do direito das mulheres no país após vários anos de luta para concretizar aquela reivindicação tão importante para a saúde sexual e reprodutiva; a lei que resultara daquele referendo viera garantir os mecanismos para o fim das mortes e morbilidade de mulheres por consequência de abortos clandestinos e a sua criminalização, passando a ser possível, desde aquela data, realizar por opção da mulher através do Sistema Nacional de Saúde de forma segura e adequada, apesar de ainda existirem dificuldades no acesso àquele direito, assim como serem conhecidos os relatos de mulheres que tinham sido alvo de estigma e preconceito por profissionais de saúde, existindo em alguns casos, tentativas de dissuasão para não realizar a interrupção voluntária da gravidez; no ano em que se assinalavam os 50 anos do 25 de Abril, era por demais importante assinalar as lutas e as conquistas em prol dos direitos e da democracia, nomeadamente no que dizia respeito aos direitos das mulheres, em relação aos quais havia conquistas a celebrar mas também ainda muito caminho a percorrer, ao nível da participação pública e política, do combate à pobreza, da igualdade no trabalho, da luta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

contra a violência, ou da não discriminação; a Assembleia Municipal de Vila Verde deliberava saudar o Dia Internacional da Mulher, assim como todas as manifestações, lutas e movimentos que, também em Vila Verde e no Distrito de Braga, tinham renovado o seu compromisso na luta pela igualdade e contra todas as formas de violência de género; saudar o 17.º aniversário da vitória do Sim no Referendo à despenalização do aborto. -----

-----Esta moção do BE foi aprovada por maioria, com zero votos contra, duas abstenções e cinquenta e oito votos a favor. -----

-----O grupo municipal do PS apresentou na Mesa um convite no sentido de que, nos termos do artigo 54.º do Regimento desta Assembleia Municipal, fosse criada uma Comissão para Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), tendo o Presidente da Mesa solicitado uma pausa na sessão para realizar uma conferência de líderes de bancada. Seguidamente, o Presidente da Mesa referiu que fora apresentada, pela deputada Patrícia Daniela Pereira Gonçalves, a proposta que a mesma ia apresentar. A mencionada deputada referiu que, em 28 de fevereiro de dois mil e vinte e dois, propusera ao Plenário a criação de uma comissão para acompanhar a revisão do PDM, designadamente, naquela altura, a aplicação da Lei dos solos, a qual havia sido recusada. Em 24 de fevereiro de 2023, voltara a trazer o mesmo tema, questionando a Presidente de Câmara sobre o ponto de situação. Estavam em fevereiro de 2024 e sabiam agora que haviam novamente sido prorrogados os prazos para a aplicação da Lei dos solos. Como, segundo informação da mesma Edil, a revisão do PDM e aplicação da Lei dos solos estava concluída, aproveitou para voltar a questioná-la sobre o ponto da situação. Era possível que as duas situações coincidissem no tempo, provavelmente em 2024, uma vez que a última revisão do PDM acontecera em 2014 e o seu prazo máximo de vigência era de dez anos. Falar de PDM era falar de economia, de interesse público, desenvolvimento e de futuro. A discussão e aprovação da revisão do PDM precisava da contribuição de todos, porque era com a pluralidade de ideias e de contributos que se encontravam as melhores soluções para o concelho. Bem sabiam que se tratava de uma matéria exclusiva do Executivo Municipal, mas também bem sabiam que todos podiam e deviam acompanhar aquela matéria na primeira linha. Dada a importância daquele assunto, de modo a que a revisão do PDM fosse feita no tempo oportuno e votada com critério, sendo consabido que os documentos da Assembleia Municipal eram enviados com duas semanas de antecedência, o mesmo merecia o empenho e a atenção de todos. Os presidentes de Junta eram os primeiros a ter de explicar, nas suas terras, o que ia acontecer a determinado terreno. Por este motivo, vinha, de novo, propor ao Plenário a constituição de uma comissão para acompanhar a revisão do PDM, nos termos do artigo 54 do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Verde, com a esperança de que não se repetisse o sucedido em fevereiro de 2022. Como acontecera em 2014 e conforme lhe fora explicado, por escrito, pelo Chefe da Divisão do Ordenamento do Território, o Eng. José Bezerra, por despacho da Presidente de Câmara, membros da Assembleia Municipal, à época, haviam acompanhado o processo de revisão, esperando que tal se repetisse agora, até porque queria que, no futuro, pudessem dizer que tinham sido membros ativos deste Assembleia Municipal. Deveriam estar todas as bancadas da Assembleia Municipal representadas, incluindo os presidentes de Junta, os presidentes de Junta independentes 1 e os presidentes de Junta independentes 2. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----O Presidente da Mesa considerou que o tema suscitado pelo grupo municipal do PS interessava a todos, mas não podiam esquecer qual era o papel do órgão deliberativo, o qual estava expresso no respetivo Regimento, julgando que aquela matéria, por si só, estava escrutinada e era acompanhada pelo Regime Jurídico de Gestão Territorial que colocava à apreciação e eventual tomada de posição pública de qualquer cidadão. Assim, naquele momento, discordava que o órgão deliberativo, de forma antecipatória, se colocasse no papel de acompanhamento e fiscalização de um diploma que era e estava a ser por demais escrutinado, sabendo-se que nenhum membro do Plenário ficava vedado de acompanhar o trabalho do Executivo e tinha o direito de solicitar informação sobre o acompanhamento dos trabalhos. Assim, na sua opinião, com a criação da comissão, estariam a imiscuir-se num fim que não era o do Plenário, que era de fiscalização e de acompanhamento, mas de matérias que, em si, não estavam a ser escrutinadas em regimes jurídicos autónomos. -----

-----Samuel Estrada, Presidente da Junta de Freguesia de Atiães, saudou a coragem e a pertinência da proposta, pois o PDM era o documento estratégico e político mais importante que o Município podia produzir, sendo que, através do mesmo, o Município tinha a possibilidade de inventar o futuro e dizer que futuro queria para o território concelhio e para a população e como queria que Vila Verde fosse nas próximas décadas. Os documentos que definiam o ordenamento do território deixavam uma marca indelével no mesmo, interferindo na propriedade, definindo onde e o que podiam construir. Tratar aquele documento como se fosse um mero documento técnico, que se pudesse abordar num simples gabinete de um técnico que via Vila Verde pela perspetiva de uma janela ou pelo ângulo do google maps, parecia-lhe muito rudimentar e, não querer aportar àquele documento os contributos daqueles que queriam o bem para a sua terra e para todos eles que tinham uma visão sobre o seu território, era, no mínimo, ver a realidade de forma míope. O papel da Assembleia Municipal não era abençoar acriticamente aquilo que o Município fazia, mas sim controlo de poderes e fiscalização, a qual deveria ser efetiva, concretizando-se e exercendo-se plenamente. O que dizia o regulamento da Assembleia Municipal de Vila Verde era que a mesma podia e devia, relativamente a assuntos importantes, criar comissões para desenvolver o seu trabalho que não se esgotava em sede de plenário, sendo antes permanente. A comissão servia para muscular e densificar aquele trabalho, pelo que um documento daquela natureza, que não era meramente técnico, só se podia concretizar com um acompanhamento efetivo. Recordou que aquele documento estava a ser trabalhado há anos e considerou que seria muito mau para o Município se um complexo trabalho de vários anos apenas levasse trinta dias a discutir publicamente, não se afigurando viável pronunciar-se sobre o mesmo conhecendo-o apenas pela rama. O Dr. Batista Machado ensinava-os que o Direito devia ser ordenador, mas devia ser sobretudo conformador, ou seja, aquele documento, que também era uma peça jurídica, não devia apenas ordenar o território, devendo conformar as populações que se deviam sentir de bem com o mesmo, aceitando-o e apoiando-o, o que só era possível se o conhecessem. Era importante que aquela Assembleia Municipal conhecesse o documento e acompanhar era diferente de imiscuir. -----

-----Ricardo Cerqueira sustentou que nada no Regimento da Assembleia Municipal impedia a criação da comissão, pelo que, de seguida, iam votar uma opção política. Era relevante que o Plenário aprofundasse o trabalho que lhe competia, de acompanhar o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

processo, para depois poder deliberar, em consciência, sobre a ação do Município, razão pela qual o BE ia acompanhar e apoiar aquela proposta, sendo certo que o PDM ia construir o futuro de Vila Verde e o Município ia saber lidar bem com aquela presença mais assídua de alguns membros do Plenário. -----

-----Paulo Gomes, do CDS-PP, considerou que uma comissão devia ter como finalidade um resultado, podendo interferir, sugerir e replanear o que tinha sido feito, tendo uma ação corretiva relativamente ao trabalho desenvolvido. Parecia-lhe redundante criar uma comissão para acompanhar aquela matéria, uma vez que todos os membros do Plenário eram livres para opinar sobre a mesma no momento em que tivessem que o fazer, não se lhe afigurando que uma comissão de cinco ou seis pessoas tivesse gente para ali vir, durante um dia ou uma manhã, verificar documentos que já estavam escrutinados por outras entidades. Aduziu que, quando fora presidente de Junta de Freguesia, as matérias atinentes ao PD haviam sido sempre objeto de reuniões, quer na Junta quer na Câmara Municipal, assim como haviam tido lugar reuniões onde tanto os eleitos como o público em geral podiam participar.-----

-----Susana Silva, do PSD, afiançou que a sua bancada estava sempre disponível para discutir ideias e fazer jus à democracia, reconhecendo tratar-se de um assunto muito importante para o desenvolvimento do concelho, pelo que merecia todo o empenho, envolvimento e discussão. Os presidentes de Junta já tinham sido ouvidos e haviam tido várias reuniões com o Município. Acompanhar e fiscalizar eram coisas diferentes, mas, nas intervenções anteriores, ouvira várias vezes as duas palavras, pelo que ficava na dúvida sobre aquilo a que se referia aquele acompanhamento. Era a Lei que previa que fossem trinta dias de discussão pública e, quanto a isso, nada podiam fazer. Concordavam na totalidade com as palavras do Presidente da Mesa, nomeadamente que se tratava de uma matéria da competência do Executivo Municipal, e, quando a mesma viesse para discussão, se necessário, os membros da bancada do PSD iam pedir esclarecimentos a quem de direito. Assim, iam votar contra a constituição daquela comissão. -----

-----A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, mesmo que a comissão fosse agora criada, seria completamente inócua. O Plano do Município tinha sido enviado em fevereiro de dois mil e vinte e dois, não sem antes terem feito reuniões com os presidentes de Junta, naquela mesma sala, onde haviam apresentado as diretrizes, os objetivos, que passavam pela menor possível redução das áreas com solo urbanizável, tudo estando a fazer nesse sentido, revelando-se quase insignificante essa mesma redução, no caso de Vila Verde. Na altura, os técnicos associados à revisão do PDM sempre se haviam mostrado disponíveis e de porta aberta para atender toda a gente. Cria que todos os presidentes de Junta já tinham ido ver em pormenor cada uma das suas áreas e o que era abrangido nos respetivos territórios. Em muitos dos casos, a Edil também não concordava com as reduções, nem com o posicionamento das vinte e duas instituições que se sentavam à mesa, razão pela qual tinham batido o pé e feito todo o trabalho de casa, já tendo, inclusive, andado mais do que um dia a correr o concelho com técnicas da CCDR-Norte, para lhes mostrar, *in loco*, aquilo que elas achavam que não era possível fazer-se. Muitos desses casos, tinha sido possível serem acautelados. A primeira reunião ocorrera em 26 de maio, depois do envio do documento, em 22 de fevereiro, não lhe parecendo adequado criar uma comissão para algo já havia sido entregue. Embora uma parte das instituições tivesse dado parecer favorável, no tocante



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

àquelas que considerava pesos pesados - CCDR-N, APA, RAN e REN -, com pareceres condicionados, tinha sido necessário todo um trabalho, que ainda não estava totalmente concluído, de vindas das mesmas ao terreno para, no local, verem todos os constrangimentos que tinham sido apontados: a questão das zonas de cheia; o novo estudo de ruído, sendo que a APA não aceitara o existente e pedira, em novembro de 2023, que fosse feito um outro. Aquelas instituições tinham exigido ao Município uma série de requisitos e tinham sido sempre acauteladas e enviadas todas as retificações. O adiamento, mais uma vez, da conclusão dos PDM, até 31 de dezembro de 2024, tinha sido da responsabilidade do Governo. O Município tinha o documento todo concluído desde fevereiro de 2022 e haviam aguardado que as instituições dessem o seu parecer, nomeadamente a APA, a única que ainda não havia o havia dado, apesar de o Município tudo ter feito e pressionado nesse sentido, para ter lugar a segunda reunião e fechar o processo. Só então ia ser aberto o espaço de discussão pública. Todas as pessoas que diariamente vinham solicitar informações sobre o processo de revisão do PDM tinham sido atendidas e o período de trinta dias podia ainda vir a ser alargado. Qualquer pessoa podia vir ao processo fazer a sua reclamação, sugestão ou participação. Ia utilizar todos os meios possíveis para informar toda a gente sobre o início da discussão pública, quando a mesma tivesse lugar. Quando quisessem, podiam reunir aquela assembleia e fazer uma apresentação, estando o projeto apenas dependente do parecer da APA. -----

-----A moção apresentada por Patrícia Gonçalves foi rejeitada, com quarenta e dois votos contra, sete abstenções e onze votos a favor. -----

-----Aires Fumega, do PS, interveio para recitar o poema cujo teor se passa a transcrever: “Vai carta feliz voando nas asas de um passarinho, quando vires o meu amor, dá-lhe um abraço e um beijinho. Neste mês do romance, farras e festas é mato; uns pagam e não comem e outros comem e à pato. Fazem-se desfiles de moda glamorosa e iniciativa, mas a moda em Vila Verde são os fatos à medida. Em terra de ajustes diretos, se és amigo, faz propostas, quem precisa vai para a fila das palmadinhas nas costas. Concelho desigual, problemas sem resposta; enquanto uns picam no chão, os outros comem lagosta. Vai um jovem infeliz voando, aterra em terras de França; enquanto os magros emigram, os gordos enchem a pança. As empresas cá da terra seguem os mesmos princípios; não têm por cá condições, vão para outros municípios. Polos de desenvolvimento são os parques industriais, mas, por falta de acessos, as silvas desenvolvem mais. Não há qualidade de vida neste concelho à sorte, boas casas mortuárias dão qualidade de morte. Paras as freguesias do Norte, não há autocarro que saia, só uma vez por ano, a Quinta da Malafaia. Burguer King e Macdonalds e as filas que dão piedade, faz-nos parecer que entramos numa enorme cidade. Variante é a promessa das mais antigas que temos, arma que se arremessa para atacar os governos. Vila Verde ficou para trás e ninguém sabe porquê. Vizinhos com variantes que também são PSD. A transição digital cá é tema prematuro; saneamento em Vila Verde é o projeto do futuro. Vão trinta mil voando para se fazer o museu, museu do vinho é arte e o burro aqui sou eu. Estes euros têm destino e não se sabe se chega; parece saco sem fundo que são as obras da adega. Atropelos de quem manda é coisa que nunca falha e o que se passa em Vila Verde é gozar com quem trabalha.” -----

-----Manuel Barros, do PSD, proferiu uma declaração política sobre a conjuntura política global, nacional, regional e municipal - o território e a afirmação da nossa identidade local. Numa expressão de cidadania e na intimidade da Assembleia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Municipal e em comunicação direta com os Vilaverdenses, que lhes era facultada pela transmissão direta daquela sessão, começou com a partilha de uma pequena e ancestral estória popular intemporal, pela sua assertividade e simbologia, agradecendo a paciência e amabilidade. “Um jovem teve um sonho... Entrou numa loja, onde estava ao balcão um homem ‘mais velho’ de presença imponente, a quem perguntou de forma determinada: - O que vende aqui? -Tudo o que o Senhor desejar, jovem! Respondeu amavelmente o ancião com muita humildade, do alto da sua sabedoria e de experiência de vida, com um sorriso caloroso. O jovem ficou profundamente sensibilizado e surpreendido, pedindo com grande convicção e ambição: - Então eu desejaria o fim de todas as guerras no mundo. A erradicação de todas as doenças. A eliminação da pobreza e das desigualdades. A tolerância e harmonia entre todas raças, nações e religiões de toda a Terra. Melhorar as condições de vida, de alimentação e educação para as nossas crianças e jovens de todo o mundo, da construção de um planeta limpo e sustentável... O jovem, de forma muito determinada, desfiou uma lista de encomendas, que se afigurava infundável. Perante o entusiasmo, o ‘mais velho’, de forma muito cordial, interrompeu o seu pedido, e disse-lhe, com muita serenidade: - Perdoe-me jovem, estou a gostar muito do que me está a pedir e da sua ambição, mas compreendeu-me mal, não estamos a vender esses frutos, que todos queremos colher, estamos a vender as suas sementes, que selecionamos muito cuidadosamente, e primamos pela sua grande qualidade, deixando à liberdade dos nossos estimados clientes, a escolha, a opção da quantidade e a prioridade de compra. Assim como, à sua vontade de participar, ativamente, na produção dos frutos que todos queremos precisamos e ambicionamos, como têm feito as sucessivas gerações, com maior ou menor eficácia, eficiência e produtividade. Entretanto, o jovem acordara para a realidade, sem, durante o sonho, ter sujado o ‘mais velho’ e o estabelecimento comercial, com tinta de qualquer cor. Aquela estória retratava de forma simbólica, mas muito oportuna, a conjuntura social, política e económica de mudança, que estavam a viver com grande apreensão e incerteza. A Edil tinha chamado e andado com os técnicos no terreno para lhes dar a conhecer ao vivo o território concelhio, para que não o vissem nem pela esquina da janela nem por qualquer google maps. O que queriam era que aqueles compromissos fossem assumidos com o propósito da sustentabilidade. Atualmente, qualquer coisa que acontecesse no mundo era imediatamente sentida em toda a parte. Todo o mundo era composto de mudança, conforme escrevera o poeta Camões, e, naquele dia, tinham ouvido uma poesia para dar conta do sentimento de quem a proferira em relação ao concelho, uma perspectiva que não subscrevia. A mais importante característica do mundo habitado e de todo o universo residia na mudança, estando-se atualmente perante essa emergência, realidade que estava na ordem do dia e que estavam a sentir, nas suas vivências, através dos sinais concretos que estavam a testar os níveis de maturidade dos modelos de governança mundiais, europeus, regionais e a capacidade de resposta de proximidade, ao nível intermunicipal, municipal e local. Até os presidentes de Junta estavam envolvidos naquela nova realidade. Ao anteverem aquele novo ciclo, as indústrias das telecomunicações destacavam-se. A Câmara Municipal não estava desatenta nem em relação à transição digital nem relativamente à questão energética. Já haviam trazido a preocupação em relação à retenção das águas que faziam falta aos agricultores e estavam a ser tomadas medidas, com a colaboração das entidades responsáveis. Ainda viviam num país altamente centralizado e, na campanha eleitoral, anunciavam-se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

medidas para que tal centralização se viesse a agravar no futuro. A mobilidade e o crescimento exponencial da utilização de dados móveis emergiam como elementos cruciais, estando já a mudar o comportamento social de todas as gerações, principalmente dos jovens, havendo forças políticas que utilizavam aquela conectividade para fazer campanhas de intoxicação informativa, prejudicando o interesse maior da região e dos municípios para fait-divers que não levavam a lado nenhum. No caso da indústria, Vila Verde era apontado pela positiva. Em vários fóruns, tinha ouvido referências muito positivas relativamente àquilo que se estava a fazer em Vila Verde. Haveria alguma silva ou algum caminho que não estivessem tão bem tratados, porque os recursos eram escassos e tinham que fazer escolhas, apoiando socialmente as populações, a agricultura e a floresta. O Município estava a fazer a aposta numa nova política para o mundo rural. Não eram festas, eram promoções de produtos da terra que tinham por trás a agroindústria, embora não de grande dimensão. Tinham de fazer uma opção, apostando na média, na pequena e até nas microempresas, nas start-ups dos jovens, para se fixarem e não irem para fora. Uma nova política para o mundo rural e a pequena e média agricultura. “Deve ser uma política que assuma como central a defesa da produção nacional e defina a agricultura familiar como pilar essencial para concretizar esse objetivo”. Centrada no escoamento da produção a preços justos, a começar pela aquisição por parte dos serviços do Estado, como as cantinas escolares e outros. Os produtos nacionais e a promoção dos mercados locais de circuitos curtos, eram medidas de apoio à agricultura familiar, com a implementação prática do seu estatuto, no plano fiscal e no apoio a investimentos a redução dos custos de produção – combustíveis, pesticidas, sementes, adubos, defendendo o direito ao livre uso das sementes; criando uma rede diferenciada e alternativa, à grande distribuição e a fiscalizar as importações; tratando a agricultura tradicional e de pequena dimensão como um alfolbre de oportunidades, com valia estratégica de atração e fixação de pessoas, a ser cruzada com a agroindústria, e o turismo e a cultura “museu do vinho”; a adesão à Associação de Municípios Produtores de Vinho e a “Casa dos Sabores e Saberes”, em colaboração co AEVH, na promoção dos vinhos locais e da gastronomia, que seria reforçada com a futura Escola Superior de Gastronomia. Uma dinâmica em que o Executivo Municipal poderia estudar e agilizar uma rede de produtores locais, com os parceiros deste setor: pequenos produtores; Cooperativa Agrícola – CAVIVER, ATAHCA, AEVH, e a CIM Cávado, indo de encontro à preocupação partilhada pela Deputada Maria José (PSD), no sentido de incentivar e valorizar o trabalho dos pequenos produtores, que não conseguiam escoar os seus produtos, sendo canibalizados sem defesa e ao sabor do preço que não dignificava o valor direto e indireto da produção da agricultura tradicional; promotores da preservação do ambiente, agentes de garantia da sustentabilidade, mestres ancestrais da economia circular, exímios gestores da água e da sua retenção. “Na Rota das Colheitas”, com os seus quatro meses de intensa dinâmica, era um exemplo de trabalho em rede, cooperação e envolvimento do mundo rural, na defesa das tradições, produção e vivência contemporânea e de modernidade das nossas vivências ancestrais. Através da valorização, da dignificação, da atratividade, da confiança e segurança alimentar; do apoio à proteção social, da regulação dos preços dos alimentos e da modernização tecnológica dos sistemas de irrigação e de retenção da água, potenciando o seu impacto nos rendimentos da agricultura e na qualidade de vida das populações; território e as potencialidades locais, inscritos no plano estratégico de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

desenvolvimento do concelho, na base da articulação da tradição com o desenvolvimento, com a cultura e com a modernidade, combate à desertificação, intergeracionalidade e renovação social, mundo rural, agricultura, agroindústria e turismo, ambiente, biodiversidade, sustentabilidade, água e alterações digitais, conhecimento, tecnologia, inovação, empreendedorismo e transição digital, tudo isto estava a ser feito e previsto para o mandato em curso. -----

-----António Alberto Rodrigues, do PSD, interveio para se referir a um dos aspetos da gestão Municipal no qual o Município de Vila Verde investia mais e melhores energias e dava maior importância: as pessoas e a dimensão social do território. Para além da constante preocupação social e do forte investimento nas pessoas, não tão-somente no apoio direto para a resolução dos problemas sociais emergentes, o Município apostava também na prevenção desses problemas e sobretudo na emancipação e inclusão económica e social das pessoas mais carenciadas. Daquele modo e no âmbito das suas preocupações sociais, a Câmara Municipal de Vila Verde havia sido distinguida, pelo Movimento Cuidar dos Cuidadores Informais, com o selo Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais. A Rede de Apoio aos Cuidadores Informais era uma estrutura que envolvia o Município e as autoridades de saúde, assim como diversas instituições do Concelho, de forma a criar uma equipa multidisciplinar com profissionais, como psicóloga, enfermeiros de saúde mental e reabilitação, assistentes sociais, educadoras sociais e educóloga. Aquela rede tinha como objetivo a concertação da intervenção local e a criação de recursos e de ajudas técnicas, bem como a implementação de formação de cuidadores informais. Segundo os promotores do RACCI, o projeto apresentado pela Câmara Municipal de Vila Verde tinha sido considerado como um dos que obtiveram as melhores avaliações globais. Ainda na área social, tinha uma excelente notícia para partilhar com os ilustres parlamentares, Presidentes de Junta e público em geral, que era o convite formal efetuado ao Município de Vila Verde para integrar o Contrato Local de Desenvolvimento Social de Quinta Geração (CLDS - 5G) que, na sua última versão, tivera como finalidade potenciar a empregabilidade e a integração profissional e social das pessoas no concelho de Vila Verde. A Câmara Municipal de Vila Verde, graças ao seu excelente desempenho na dimensão referida, era uma das autarquias a ser convidada para integrar a quinta geração daquele projeto. O Município de Vila Verde demonstrava a outros decisores e a outras convicções ou doutrinas políticas como, recusando uma política de puro assistencialismo e de cegueira ideológica, era possível resolver os problemas das pessoas de forma duradoura e consistente, não as deixando eternamente dependentes da subsídio. Assim, as rimas que ali ouvira estavam desatualizadas. E, como não havia duas sem três, o mesmo havia sido distinguido com o galardão Autarquia Voluntária, promovido pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. A distinção fora entregue em cerimónia pública, no dia 9 de janeiro, em Lisboa, sendo que o prémio visava principalmente distinguir e reconhecer o trabalho das autarquias ao nível do voluntariado social e ainda potenciar uma rede de partilha, que privilegiasse a monitorização e a divulgação de boas práticas que podiam ser assumidas e replicadas por outros territórios. Mais uma vez, Vila Verde tinha muito para partilhar com o país, na área social, com particular incidência na dinamização local das práticas de voluntariado, que importava divulgar e partilhar. A criação do serviço de teleassistência no âmbito do projeto Idade Maior era uma das iniciativas desenvolvidas pelo Município



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

no âmbito do voluntariado, tendo igualmente assumido a publicação do Guia do Voluntariado de Emergência Social. Fora ainda criado o Banco Local de Voluntariado, uma estrutura concelhia de proximidade que promovia o encontro entre a oferta e a procura de serviços à comunidade. Na primeira edição do galardão Autarquia Voluntária, tinham sido distinguidas apenas vinte e uma autarquias de todo o país, mas, como Vila Verde tinha um dinamismo extraordinário, também era notícia que o Município havia concorrido ao projeto inovador designado “Radar Social”, situando-se nos quinze melhores projetos sociais de todo o território nacional apresentados e que o dotava de um valor global de financiamento de duzentos e nove mil e duzentos e setenta e sete euros e sessenta e dois cêntimos. Aquele projeto ia permitir reforçar o apoio a pessoas e famílias com dificuldades económicas e/ou problemas de exclusão social. Financiada por fundos do Plano de Recuperação e Resiliência, aquela candidatura ia consistir na implementação de um sistema integrado de georreferenciação social e de capacitação do território ao nível das respostas e da otimização de recursos. O objetivo passava por imprimir uma maior eficácia à ação das entidades locais, apoiada na noção de desenvolvimento social e integrada numa perspetiva de desenvolvimento local. O trabalho ia ser desenvolvido por uma equipa multidisciplinar de três técnicos superiores, à qual ia caber dar um contributo para a construção, atualização e enriquecimento do conhecimento sobre o território concelhio, para benefício das pessoas e das famílias, bem como das comunidades. Parabéns ao Executivo Municipal, mas sobretudo ao excelente quadro do pessoal técnico do Serviço de Ação Social do Município que promovia iniciativas e dinâmicas numa constante procura de novos desafios e de projetos impactantes para o Desenvolvimento Social do território do concelho de Vila Verde. -----

-----Mara Alves, do PSD, reportou-se à intervenção de Aires Fumega para referir que ia abordar aquilo que o Município havia feito em vários setores e para considerar que o mesmo deputado municipal, porventura, andava um pouco distraído ou pouco participativo, o que fazia com que não conseguisse visualizar algumas coisas. Referiu que a Casa dos Saberes e Sabores Populares de Vila Verde abrisse portas no passado dia 23 de fevereiro e pretendia ser o espaço físico de Vila Verde que iria estar ao serviço dos empresários e dos produtores locais, transformando-se num local de promoção, degustação e valorização dos produtos locais. Também iria acolher os produtos certificados e premiados de Vila Verde, como o Pudim Abade de Priscos, os queijos a cerveja artesanal, as papas de sarrabulho dos ‘Vinte’ da Vila de Prado, o pica-no-chão, a doçaria e pastelaria e os vinhos. A AEVH (Associação Empresarial Vale do Homem) ia ser a responsável pela dinamização do novo espaço onde, mensalmente, iriam decorrer atividades ligadas aos sabores e aos saberes de tradição, como iniciativas de apresentação de livros, degustações e workshops”; também ia ficar da sua responsabilidade o desenvolvimento do projeto ‘Bairros Comerciais Digitais’. A crise pandémica da doença COVID-19 tinha sido acompanhada por uma vincada retração económica a nível mundial, a qual fora causada, em parte, pelas medidas restritivas impostas por cada Estado, em prol da salvaguarda da saúde pública. Por outro lado, a forma como a doença atingira os diferentes países causara igualmente interrupções graves nas principais cadeias de abastecimento mundiais. Naquele contexto, surgia o programa os Bairros Comerciais Digitais, sendo uma medida catalisadora do crescimento económico, procurando enquadrar, por um lado, o vetor da proximidade e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

da coesão territorial, promovendo uma evolução simultânea dos modelos de negócio dos operadores económicos cujos estabelecimentos se situassem no interior das áreas delimitadas pelo projeto, bem como das formas de governança daqueles espaços, sendo valorizados modelos inovadores de envolvimento de todas as entidades relevantes na tomada de decisão e nas opções estratégicas de tais espaços. Os Bairros iriam contribuir, igualmente de forma decisiva, para a proliferação de soluções de venda em linha, através da criação ou valorização de *marketplaces* locais, adotando também soluções digitais de gestão de informação ou de integração logística, fosse a montante, pelo automatismo de aplicações dedicadas à gestão de stocks, ou a jusante, através da integração de sistemas de entregas ou encomendas. Aquele projeto procurava ainda valorizar a dimensão das tecnologias de informação e da ciência dos dados, disponibilizando aos operadores económicos soluções que permitissem aferir os fluxos de clientes ou outros fatores externos e permitindo-lhes quantificar os impactos de fatores como a sazonalidade ou a dinamização dos espaços dos Bairros. De diferentes maneiras, aqueles bens e serviços iam permitir complementar a forma como o comércio se relacionava com os clientes e melhorar a organização do trabalho, permitindo, por exemplo, a possibilidade de comprar à distância e fora dos horários de atividade do estabelecimento, a utilização de novos canais de logística, o que resultaria em ganhos de eficiência e competitividade. O objetivo geral do projeto era o aumento da resiliência e competitividade do comércio e serviços de proximidade no Município do Vila Verde, criando um ecossistema territorial diferenciador que permitisse alavancar o crescimento económico local; melhoria da modernização e atratividade da zona do comércio e serviços de proximidade; criação de identidade e imagem comum do bairro comercial digital; aumento das vendas e das receitas do comércio local, em particular pelo aumento das vendas *online*; dar visibilidade ao bairro comercial e aos seus estabelecimentos, em particular pela sua presença *online*; criar um bairro comercial digital assente em princípios de eficiência, sustentabilidade e inclusão. Aduziu que o Município tinha aproveitado os apoios disponíveis, tendo concorrido a financiamento, visando ajudar os comerciantes a terem uma loja no sistema Marketplace, sem custos. --

-----Filipe Silva interveio para esclarecer que a deputada Mara Alves se referira a uma iniciativa do Estado. Tinha sido aproveitada a oportunidade, mas, mais uma vez, tratava-se de uma iniciativa do Estado, financiada pelo PRR. -----

-----No ponto 4.1., a Presidente da Câmara Municipal começou por referir que era o terceiro ano consecutivo que traziam à sessão de fevereiro o orçamento rectificativo, por incorporação do saldo de gerência do ano anterior, resultado de um exercício contabilístico. Sublinhou que aquele era o orçamento com maior receita dos últimos quatro anos, tendo a mesma ascendido a cinquenta e nove milhões, quatrocentos e vinte mil euros, sendo que o aumento da receita também resultava de um incremento do IMI, mais habitações, venda de bens, transferências da Administração Central, fruto da transferência de competências, e dos fundos comunitários. Até final de 2023, estavam no ocaso do quadro comunitário 2020 e algumas das participações que eram, no início, de setenta, oitenta e oitenta e cinco por cento, haviam passado para cem por cento, o que se traduzira na entrada de mais dinheiro no Município. A execução da receita tinha superado os cem por cento e tinha crescido dezoito por cento em relação a 2022, o que correspondia a aproximadamente nove milhões de euros. Havia sido igualmente o maior orçamento da despesa dos últimos quatro anos, cifrando-se em mais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

de quarenta e três milhões e seiscentos e setenta e nove mil euros. Tinha havido um reforço muito grande de despesas com pessoal. Em 2021, tinham trezentos e noventa e três funcionários, em dois mil e vinte e dois, trezentos e setenta e nove e, em 2023, com as transferências no domínio da educação e com cerca de mais trezentos funcionários das escolas, haviam passado para seiscentos e vinte e seis e, naquele momento, em dois mil e vinte e quatro, com a transferência na área da saúde, estavam com seiscentos e setenta e cinco e, até ao final do ano, de acordo com o mapa de pessoal, chegariam aos setecentos funcionários, daí que as despesas com pessoal também tivessem aumentado, assim como com as transferências correntes e as despesas de capital. O Orçamento inicial, aprovado sem a incorporação do saldo de gerência, apresentava um cumprimento de noventa e oito por cento e, com o saldo de gerência, ficava em setenta e seis por cento, sendo, ainda assim, superior ao de 2022, crescendo dezassete por cento, o que significava um acréscimo de investimento de seis milhões e meio de euros. Para 2024, passavam já com oito milhões e duzentos mil euros de compromissos assumidos, relativos a obras que se encontravam em andamento. Relevou o cumprimento rigoroso dos compromissos do Município, uma contínua amortização da dívida. Embora estivesse ainda a decorrer o processo de encerramento de contas de 2023, que iria à sessão de abril, estimava-se um decréscimo da dívida superior a dois milhões de euros, pelo que a mesma rondaria os dez milhões de euros. A Edil aludiu ao reforço da capacidade financeira do Município para assumir os seus compromissos no âmbito do PRR, no se enquadrava o Bairro Digital, estando preparados para as candidaturas do 2030, que já deveriam ter iniciado, mas não existiam ainda avisos e, embora já soubessem o valor aproximado para Vila Verde, o mesmo não estava fechado. Estava em curso a preparação de uma série de projetos, nomeadamente no capítulo da água, sobretudo no Vale do Homem, Ribeira do Neiva e Vade, mas também intervenções em três escolas, cujas candidaturas deveriam entrar em abril. O Município, naquele momento, tinha uma margem de endividamento superior a dezasseis milhões de euros, gozando de boa saúde financeira, o que se refletia num incremento de cerca de cinco milhões de euros de execução no Plano, face ao ano anterior, sendo que, em termos de Plano Plurianual de Investimento (PPI), se cifrava em nove milhões e meio de euros, o que consubstanciava um acréscimo de mais de catorze milhões de execuções, as quais estavam maioritariamente nas funções sociais, ascendendo a cerca de quinze milhões de euros nas mesmas; seis milhões e duzentos mil euros nas funções económicas e um milhão e cem mil euros nas funções gerais. Os principais investimentos haviam contemplado a educação, com mais de cinco milhões de euros; o ordenamento do território - mobilidade sustentável, ecovias, Centro Interpretativo de Cerâmica de Prado -, com cerca de dois milhões de euros; saneamento, com cerca de dois milhões de euros; indústria e energia - ampliação da área empresarial de Gême, eficiência energética das piscinas e Prado e Vila Verde, mais de três milhões de euros; transportes rodoviários - pavimentações, reparações, construções, vias - com mais de três milhões de euros; mais de um milhão trezentos e noventa e dois mil euros de transferências para as freguesias. Assim, falava de um orçamento com acréscimo de obra/investimento. O quadro 2020 encerrara com todos os financiamentos, não tendo perdido nem um cêntimo, transitando com cerca de oito milhões de euros já comprometidos. A variante não tinha projeto de execução nem verba atribuída pelo Governo, não contando com o 2023 para investimento na rede viária, ficando, por conseguinte, a expensas do Município.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Brevemente ia avançar a ligação de Prado ao parque industrial de Oleiros, que ia custar cerca de três milhões de euros. O eixo periférico Norte-Sul, que ir orçar entre oito e dez milhões de euros, ia também ser integralmente assumido pelo Município, tal como o plano em execução de requalificação de todas as estradas, já infraestruturadas, que se enquadravam degradadas. No ano de 2023, os projetos de água, saneamento, ambiente, regeneração urbana, transição digital, eficiência energética e requalificação das escolas necessitavam de financiamento, podendo ainda haver empréstimos para a participação adicional, mas estavam com boa saúde financeira para executar o 2030 e corresponder aos anseios das populações. -----

-----Ricardo Cerqueira referiu que já não era a primeira vez que se verificava a saúde financeira, consubstanciada na incorporação de elevados montantes nas revisões orçamentais, mas a saúde do Município não era tão forte quanto a saúde financeira que havia ali sido referida. Havia vários problemas, como a externalização de alguns serviços prestados pelo Município que significava a externalização de trabalhadores, com perda de direitos, em áreas como a saúde, a educação; a falta de transportes públicos e o problema da falta de investimento na habitação que era o mais urgente que o país atravessava. -----

-----Filipe Silva referiu que estavam perante o acréscimo ao orçamento superior a quinze milhões de euros, consubstanciando o orçamento com maior receita, com mais despesa, com menor capacidade de investimento. A área operacional de ambiente ganhava um aumento da despesa, o mesmo acontecendo com a da educação. Relativamente ao que os quinze milhões representavam para os Vilaverdenses, existiam mais de cem mil euros para a área administrativa, meios milhão de euros para o bairro digital, esperando que fosse uma iniciativa e que fosse uma mais-valia para os comerciantes. Aquisição, reparação de imobilizado com cerca de quinhentos mil euros. Saudava o acréscimo de cinquenta mil euros na proteção civil, destinados a associações humanitárias. No ensino não superior, surgiam mais de quatrocentos mil euros, nos apoios alimentares, tendo questionado o que a mesma verba representava, porquanto existia um contrato de prestação de serviços para fornecimento das refeições. Mais de um milhão de euros era destinado à conservação das instalações. Nos serviços auxiliares de ensino e transportes escolares, registava-se um aumento de duzentos e sessenta e cinco mil euros. Nos serviços de saúde, incluía-se a requalificação do Centro de Saúde de Vila Verde, com uma verba superior a trezentos e setenta mil euros. Tudo aquilo que não tinham conseguido anteriormente tinha agora um custo superior, pelo que, perdendo o custo e oportunidade de executar as obras, as mesmas iam ficando mais caras e o Município ia perdendo capacidade de investimento. Na ação social, estratégia de habitação local, constavam seiscentos e quarenta e seis mil euros, o que saudavam, acrescentando, na área social, quarenta e seis mil euros que não sabiam o que representava. No ordenamento do território, a Ecovia do Cávado era contemplada com mais duzentos e vinte e quatro mil euros, importando saber de que se tratava, porquanto, qualquer dia, recebiam o prémio de ecovia mais cara da Europa. Para a reabilitação urbana de Vila Verde, mais cem mil euros, sendo que, ainda há pouco tempo, tinha havido um programa para o efeito; estavam também previstas a reabilitação da escola de Prado e de Vila Verde que ainda há pouco tempo tivera uma renovação total e que acreditavam que fosse a escola de gastronomia que estava encerrada. Saudou o aumento do investimento no abastecimento de água e no saneamento, um serviço fundamental para os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Vilaverdenses. Na proteção ambiental e conservação da natureza, surgiam mais oitenta mil euros para a construção da Casa Mortuária de Vila Verde, fechando um investimento de trezentos mil euros para uma casa mortuária, quando a maioria das juntas haviam construído casas mortuárias com financiamentos de trinta mil euros. Na cultura, surgia uma nova rubrica, o Centro Interpretativo de Artesanato de Cerâmica. Gostariam de saber o que representavam mais de cem mil euros para a Casa do Conhecimento. A festa concelhia de Santo António conhecia um incremento de mais cinquenta mil euros; trezentos mil euros para a Rota das Colheitas e duzentos e dez mil euros para a Festa de Santo António. Estava previsto ainda um aumento para as associações culturais e recreativas de mais cento e vinte mil euros, passando para um total de duzentos mil euros. Eram a favor das festas, porque faziam parte de tradição, mas eram contra os valores utilizados. Para a requalificação do campo de jogos do Vilaverdense, estavam previstos mais duzentos mil euros, assim como cento e vinte mil euros para a requalificação do campo do Marrancos. No complexo de lazer e piscinas municipais, estavam a decorrer obras e incluíam-se mais setecentos e quarenta e cinco mil euros, o que perfazia oitocentos e setenta mil euros. Saudou o aumento de cento e oitenta mil euros para as freguesias, embora continuasse a achar pouco relativamente ao potencial e capacidade das juntas para resolverem as questões nos seus territórios. Referiu também o aumento de vinte mil euros nos subsídios para atividades desportivas. Sessenta mil euros para a iluminação da ponte de Prado e cinquenta mil euros para a eficiência energética do Complexo de Lazer de Vila Verde. Nos transportes rodoviários, pensavam que a verba correspondia apenas ao projeto de ligação de Prado a Cabanelas e eixo periférico Norte-Sul, mais quatrocentos e noventa e cinco mil euros. Avenida do rio de Cabanelas, mais duzentos e noventa e cinco mil euros; avenida da Igreja, em Marrancos, mais de trezentos mil euros; avenida da Igreja, em Gondiaães, trezentos e quarenta e cinco mil euros; vias comunicação, um milhão e oitocentos mil euros. No final daquele ano, voltariam a ter um excedente para ser incorporado, porque estavam com incapacidade de executar o orçamento previsto. Porque fariam de outra forma, iam votar contra. -----

-----Susana Silva felicitou a Presidente de Câmara pela celeridade e objetividade da sua apresentação do ponto em apreço, assim como pela taxa de execução de noventa e oito por cento, mesmo caindo para os setenta e oito, demonstrando um bom aproveitamento dos recursos financeiros e que, ao contrário do que lhes queriam fazer crer, não iam a reboque dos outros. Registou com especial agrado que a bancada do PS gostasse da estratégia habitacional do Município, lamentando que o PS nacional não tivesse a mesma estratégia, assim como ouvir dizer que tudo o que acontecia em Vila Verde era mau. A bancada do PSD queria melhores acessibilidades, via com particular agrado o investimento no eixo periférico, a ligação aos parques industriais, melhorias nas escolas e nas questões tecnológicas, com a candidatura para execução do bairro comercial digital, assim como todas as obras que eram necessárias, em termos de água, saneamento e eficiência energética. Como consideravam que se tratava de intervenções importantes para o Município, iam votar aquela revisão favoravelmente. -----

-----O Presidente da Mesa informou que a intervenção de Filipe Silva fora acompanhada de um pedido de informação dirigido ao Executivo Municipal que a Mesa iria fazer chegar ao mesmo para apreciação. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----O ponto 4.1. foi aprovado por maioria, com nove votos contra, duas abstenções e quarenta e nove votos a favor. -----

-----No ponto 4.2., Ricardo Cerqueira sustentou que o BE acompanhava aquela iniciativa de aproximar os serviços municipais das pessoas, abrangendo todo o território, mas voltava a verificar-se a insistência na palavra colaboradora, em vez de trabalhadora, algo que lhe fazia confusão. -----

-----Patrícia Daniela Gonçalves referiu que o PS ia votar a favor daquela medida, considerando que era um grande investimento e uma valência para a Ribeira do Neiva, mas pretendia ser esclarecida acerca do critério para a implementação daquelas lojas do Município e, bem assim, quais as próximas freguesias a serem contempladas.-----

-----O ponto 4.2. foi aprovado por maioria, com zero votos contra, três abstenções e cinquenta e sete votos a favor. -----

-----No ponto 4.3., a Presidente da Câmara Municipal lembrou que o Plenário havia aprovado, em 30 de setembro de 2020, aquela linha BEI para candidatura ao 2020, mas só em dezembro de 2023 é que o BEI havia assinado as respetivas minutas, no valor de um milhão sessenta e sete mil quinhentos e sessenta e três euros. Traziam à Assembleia Municipal aquele assunto para que a mesma fechasse toda aquela reprogramação. Seguidamente, aquele empréstimo ia ser submetido à apreciação do Tribunal de Contas, para obtenção do respetivo visto. -----

-----Filipe Silva referiu que tivera dificuldade em perceber o racional daquela reestruturação, sendo conveniente compreender-se o que havia a ganhar, nomeadamente em matéria de redução de juros, podendo ainda a reestruturação resultar da dificuldade em fazer os pagamentos. A primeira circunstância não se observara, porquanto o *spread* continuava a ser o mesmo dos doze créditos que constavam no processo, contratados entre 2020 e 2021, a grande maioria por um prazo de quinze anos. Assim, não podia considerar que aquilo que estavam a aprovar fosse positivo ou benéfico para o Município, estando a aumentar o prazo, pois muitos dos créditos terminariam em 2035 ou 2036, passando agora para 2039, um acréscimo de três anos em que iam continuar a pagar juros e, no final, iam ter a mesma dívida. Assim, não podiam votar positivamente uma proposta que era vantajosa para os bancos e não para o Município. -----

-----A Presidente da Câmara Municipal reiterou que o BEI apenas havia assinado em dezembro de 2023, tratando-se de uma imposição do Tribunal de Contas e do BEI. O Município alocara aquele dinheiro às participações, mas os contratos apenas haviam sido agora assinados. -----

-----Susana Silva considerou que a Presidente da Câmara Municipal já havia justificado o atraso na assinatura do contrato, o qual não havia sido da responsabilidade do Município e quem trabalhava com entidades internacionais sabia que aquilo acontecia demasiadas vezes, não fazendo sentido estarem a boicotar ou a comprometer algo que podia ser importante para o concelho de Vila Verde, razão pela qual a bancada do PSD ia votar a favor. -----

-----O ponto 4.3. foi aprovado por maioria, com sete votos contra, três abstenções e cinquenta votos a favor. -----

-----No ponto 5., não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

-----No ponto 6., não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

-----No ponto 7., não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

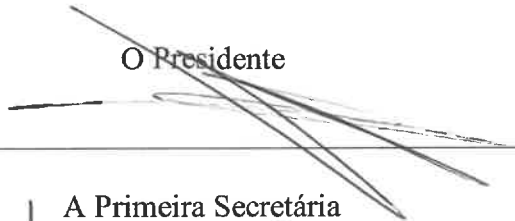
-----A minuta da ata da reunião de vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudesse, assim, produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou presente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -

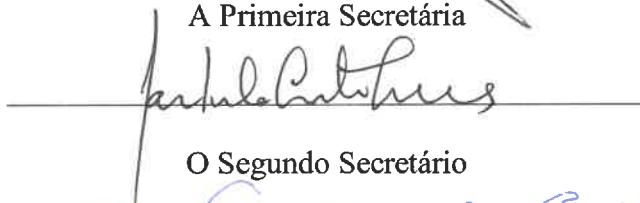
--- Paços do Concelho de Vila Verde, vinte e seis de abril de dois mil e vinte e quatro.

-----

O Presidente



A Primeira Secretária



O Segundo Secretário

